

# “TECELÃS DE MEMÓRIA”: AS MULHERES INDÍGENAS DO ACRE ROMPENDO AS REPRESENTAÇÕES

## “MEMORY WEAVERS”: THE INDIGENOUS WOMEN OF ACRE BREAKING UP REPRESENTATIONS



KAROLAINÉ DA SILVA OLIVEIRA<sup>14</sup>

### Resumo

O trabalho aborda sobre as mulheres indígenas do Acre em seus processos políticos de rompimento das representações criadas sobre elas, entendendo esses processos como formas de resistência às heranças coloniais que lhes foram impostas ao longo dos anos, por meio da criação dos termos de gênero e raça. Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo analisar as atuações das mulheres indígenas do Acre em suas comunidades, e fora delas, visibilizando seus protagonismos e enfrentamentos perante a sociedade e o Estado. Usando como metodologia pesquisas qualitativas e de análises dos documentos encontrados na hemeroteca da Biblioteca Digital (BNDigital) e acervo online do site do Museu do Índio, que possibilitou o acesso a memórias registradas de algumas mulheres. Para o embasamento teórico utilizou-se trabalhos de historiadoras e antropólogas, como Maria Regina Celestino de Almeida, Teresa Almeida Cruz, María Lugones, dentre outros autores, estabelecendo o diálogo entre seus trabalhos e as fontes. Mediante os resultados encontrados foi possível entrever os equívocos presentes nas representações dessas mulheres, ao enclausurá-las em descrições de presas e subserviência.

**Palavras-chave:** Acre; acervos digitais; mulheres indígenas; memória; representação.

### Abstract

This paper discusses the political processes of the indigenous women of the state of Acre to break away from the representations created about them, understanding these processes as forms of resistance to the colonial legacies that were imposed on them over the years through the creation of the terms gender and race. In this sense, the present article aims to analyze the actions of indigenous women in Acre in their communities, and outside them, visualizing their protagonism and confrontations with society and the State. The methodology used is qualitative research and analysis of the documents found in the digital library of the Digital Library (BNDigital) and the online collection of the site of the Museum of the Indian, which provided access to recorded memories of some women. For the theoretical foundation we used works by historians and anthropologists, such as Maria Regina Celestino de Almeida, Teresa Almeida Cruz, María Lugones, among other authors, establishing a dialogue between their work and the sources. Through the results

<sup>14</sup> Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Acre (2022). Atua como professora de História para alunos do pré-Enem. E-mail: [karolainysilva417@gmail.com](mailto:karolainysilva417@gmail.com).



found it was possible to glimpse the misconceptions present in the representations of these women, by elucidating them in descriptions of prey and subservience.

**Keywords:** Acre; digital collections; indigenous women; memory; representation.

### Introdução

O presente artigo é parte do projeto de pesquisa “Representações das mulheres indígenas do Acre”, realizado durante as disciplinas de Pesquisa Histórica I e Pesquisa Histórica II. Para a elaboração do trabalho foram realizadas consultas em alguns jornais acreanos presentes na hemeroteca digital da biblioteca Nacional (BNDigital), e relatórios presentes no arquivo online do Museu do Índio<sup>15</sup>, utilizando uma metodologia analítica e qualitativa dos documentos encontrados. Mediante as fontes notou-se como as mulheres indígenas foram representadas ao decorrer do século XIX até o presente momento, sendo apontadas como seres submissos e suscetíveis às violências ocasionadas pelos invasores do então chamado território acreano.

Quando houve a invasão no século XIX, esse espaço já era habitado por centenas de povos indígenas. Cada um possuía a sua estruturação e modo de vida, executavam tarefas para garantirem as suas vivências e estabeleciam relações de rivalidades ou amistosidades entre seus vizinhos, tanto por meio de guerras, como pelos casamentos interétnicos. Posteriormente à invasão, viriam a desenvolver relações também com os seringueiros, relações estas que rompem com o dualismo simplistas de “mansos ou selvagens” criados pelos não indígenas para definir os povos do Brasil, como aborda Almeida<sup>16</sup>, eram sujeitos ativos e possuidores de interesses próprios.

Nesse cenário de invasões, as mulheres indígenas são registradas na história de modo a serem visualizadas apenas como corpos físicos aptos à violência sexual, destinadas para trabalhos nas casas dos seringalistas, casamentos forçados e fins reprodutivos. Ações parecidas as realizadas na América Latina após o século XV, onde as mulheres indígenas além de terem seus territórios invadidos, tiveram também a invasão em seus próprios corpos. Desse modo, para compreendermos como ocorreu esse processo de inferiorização do sujeito feminino, refletindo seus resultados nas representações criadas sobre elas, se é feita uma revisitação da história macro para a micro. Percebendo as definições e funções dos corpos estabelecidas a partir da visão dos colonizadores logo após a invasão do continente.

<sup>15</sup> As consultas realizadas nesses sites faziam parte do projeto de iniciação científica “Representação dos povos indígenas do Acre nas plataformas digitais brasileiras”, realizadas ente os anos de 2020 a 2021.

<sup>16</sup> ALMEIDA, Maria Celestino. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.



Lugones<sup>17</sup> afirma que para os colonizadores não havia a importância de tornar os indígenas em seres humanos, conseqüentemente tratá-los dessa forma também estava fora de cogitação, pois explorar ao outro era um dos objetivos, e para fazerem isso desumanizaram esses sujeitos, criando grupos dicotômicos, binários e hierárquicos de superiores e inferiores, racionais e irracionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos. Ocasionalmente também a separação dos corpos femininos e masculinos, impondo sobre esses o sentido de gênero, apoiando a existência de dominação entre eles.

Segundo Quijano<sup>18</sup>, essa colonialidade do poder criou ainda a ideia de raça. Ao categorizar os povos que habitavam a América Latina por “índios” acabou por retirar as suas singularidades e subjetividades, reduzindo as suas cosmologias como relações míticas com a natureza. Nesse processo, as mulheres indígenas sofreram da mesma forma que as mulheres europeias, ao terem suas relações com a natureza inferiorizadas e banalizadas.

Assim, as mulheres indígenas passaram a enfrentar as dificuldades em uma intensidade triplicada, como afirmam Manchinery e Almeida Silva<sup>19</sup>, dando-se em decorrência da racialização de sua etnicidade, pela dominação do gênero e por fazerem parte de uma cultura não ocidental, compondo a história a partir dos posicionamentos dos colonizadores, e representadas a partir do ponto de vista deles. Entretanto, ao serem deixadas vivas por não oferecerem ameaças, mas sim garantias proveitosas, tornavam-se importantes fontes vivas para o resgate dos costumes de seus povos, oferecendo dessa maneira uma forma de resistência. Já no século XX, institucionalizaram as suas resistências fazendo parte do movimento indígena e criando as suas associações.

Nesse sentido, o artigo tem como objetivo abordar como as mulheres indígenas do Acre rompem com as representações criadas sobre elas, afinal essas mulheres desempenhavam importantes funções em suas comunidades, tendo as suas tarefas consideradas essenciais para a vida dos povos indígenas, depois passaram a ser parte fundamental para o resgate das culturas ao serem consultadas pelos descendentes de seus povos, e hoje atuam tanto em suas comunidades como em outros espaços da sociedade

---

<sup>17</sup> LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v° 3, n° 22, p. 320. 2010

<sup>18</sup> QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, AR: Clacso, 2005.

<sup>19</sup> MANCHINERY, Alessandra S. S.; ALMEIDA SILVA, Adnilson de. Mulheres Indígenas no Estado do Acre (BR): Do Território Tradicional aos Movimentos Indígenas nas Cidades. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 10, n. 1, p. 2642, 2019.



não indígena, lutando ao lado dos homens pelas causas gerais dos povos indígenas, mas também pelas particularidades das mulheres indígenas.

### O sentido das representações

De acordo com Santos<sup>20</sup>, a representação é bastante utilizada em produções acadêmicas, no entanto acaba por não ser usada a partir do seu real sentido. A medida em que os anos foram passando, adquiriu significados diferentes desde quando foi utilizada pela primeira vez, no século XIII, pelos papas e cardeais que diziam ser a representação de Cristo na terra. Sua demasiada complexidade já gerou em alguns estudiosos dúvidas se realmente ainda deveria ser trabalhada por historiadores, porém a sua presença na sociedade a faz possuir um grau de importância, assim adota-se nesse artigo o sentido de representação apresentado por Santos:

O conceito de representação entendido desta maneira manifesta uma concepção de mundo dualista. De um lado está o mundo físico existente e de outro as representações que os homens fazem deste. Assim, a mente representa ou espelha as coisas por meio das ideias.<sup>21</sup>

Entendendo a representação como a forma de olhar o outro e o interpretá-lo a partir de si mesmo, compreende-se que as representações realizadas sobre as mulheres indígenas expressam equívocos, significando apenas algo abstrato daquele que está vendo, e não o real daquele que está vivendo. Quando os homens não indígenas chegaram no território do Acre, fossem eles os seringueiros ou cronistas, já vinham imbuídos das ideias ocidentais, de considerarem os indígenas raças inferiores assim como as mulheres, consideradas apenas como “fêmeas disponíveis”.<sup>22</sup>

A teoria das representações sociais se interessaria, dessa forma, por compreender como os indivíduos, inseridos em seus respectivos grupos sociais, constroem, interpretam, configuram e representam o mundo em que vivem. Assim entendidas, as representações sociais são sintetizadores das referências que os diversos grupos fazem acerca do que conseguem apreender de suas vivências sociais inseridos no tempo e espaço.<sup>23</sup>

Alguns etnólogos acabaram por fazer registros, colocando os indígenas como “mansos ou selvagens”, alguns ignoravam a existência das mulheres indígenas, deixando lacunas em seus escritos. Como resultado, as mulheres indígenas acabaram por serem representadas juntamente ao número de crianças indígenas, ou seja, aparecem em sua

<sup>20</sup> SANTOS, Elisabete Leão Sales dos. Das “Revoluções Silenciosas” ao Movimento Feminista Indígena no Brasil. **Encontro Estadual de História: História e movimentos sociais**, 2011.

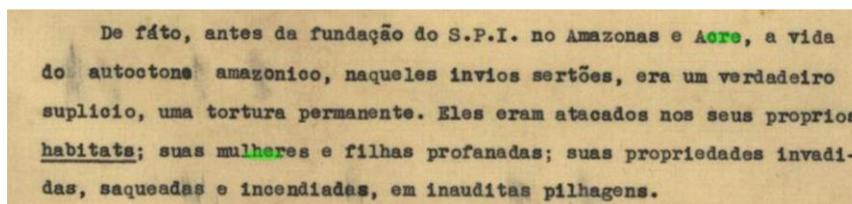
<sup>21</sup> SANTOS, 2011, p. 40.

<sup>22</sup> LEITE, Samyr Alexssander Faria. Representações sobre gênero feminino: alguns apontamentos sobre a presença das mulheres na Amazônia. **Revista Tropos**, Vº 6, Nº 1, ed. Julho de 2017. p. 14.

<sup>23</sup> SANTOS, 2011, p. 34.



maioria em dados demográficos, ou sendo apenas as vítimas de ataques por parte dos seringueiros e caucheiros. Os relatórios disponíveis no acervo online do Museu do Índio expressam bem essa situação, nos documentos pesquisados as mulheres foram registradas numericamente, como vítimas de assédio por alguns membros do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), e de demais ataques. No quesito a seu pertencimento e práticas culturais não foram encontrados registros, dando-se em decorrência da lógica colonialista de descaracterizar as identidades culturais específicas de cada povo.



**Figura 1- Fonte:** Acervo SPI, caixa 55, 1981.

De acordo com o antropólogo Iglesias<sup>24</sup>, na historiografia acreana existe apenas as mulheres indígenas capturadas durante as correrias e depois vendidas no Juruá para serem as concubinas dos patrões ou seringueiros, e aquelas usadas para o trabalho doméstico. Essa ideia se converge com os relatos de viagem, realizada pelo padre Tastevin, nas regiões acreanas durante o século XX, ele se deparou com a história da indígena chamada Mini, após ter sua aldeia invadida pelos peruanos foi capturada pelos “Kaxinawa de Felizardo” e vendida na condição de escrava para fazer trabalhos domésticos à esposa de um branco. Entretanto, por mais que a historiografia seja reducionista quanto às mulheres indígenas da Amazônia Ocidental, é importante reconhecer a existência de muitas embrenhadas nas matas da região, sendo ainda ignoradas pela historiografia.

Nos mesmos relatos do padre Tastevin também foram encontradas informações que vão para além do comum a ser representado. Segundo ele, as mulheres Kaxinawá determinavam a quantidade de filhos que teriam, fazendo o uso de técnicas da esterilidade, e ainda cabendo à mãe o rompimento do hímen da filha. A partir disso, nota-se que as mulheres indígenas ofereciam posicionamentos e funções importantes em suas comunidades, não lhes cabendo a definição de submissas.<sup>25</sup>

<sup>24</sup> IGLESIAS, Marcelo Manuel Piedrafita. **Os Kaxinawá de Felizardo: correrias, trabalho e civilização no Alto Juruá**. Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS, 2008.

<sup>25</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da. **Tastevin Parrissier: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá**. Rio de Janeiro: Museu do Índio/Funai, 2009. p. 168.



De acordo com Lasmar<sup>26</sup>, tiveram também as suas realidades distorcidas ou pouco registradas em decorrência ao pouco interesse que os etnólogos possuíam por elas, já que não existiam rituais femininos ou a visão dos deuses por parte delas. Tendo também a imagem mais difundida das mulheres indígenas do Brasil estando pautada na sua sexualidade, sendo elas desprovidas de pudor seduzindo aos portugueses, não sendo diferente na história do Acre, envolvendo os seringueiros e caucheiros.

### **Mulheres indígenas em suas comunidades**

Silva e Manchinery<sup>27</sup>, informam que atualmente as mulheres indígenas lutam para a desconstrução das representações, afinal não condizem com a verdade, já que desenvolviam importantes papéis nas suas comunidades cuidando das lavouras, da produção de alimentos, eram parteiras e responsáveis pelas crianças, por meio delas se estabeleciam ainda as relações interétnicas. Antes dos caucheiros e seringueiros chegarem, havia grandes festas entre os vários grupos que viviam na região do Rio Gregório e Tarauacá. De acordo com Iglesias<sup>28</sup>, nessas grandes festas ocorriam intercâmbios de conhecimentos, de bens, alianças políticas e matrimoniais, ocorrendo as relações interétnicas, onde as mulheres eram utilizadas para fazerem as alianças entre os povos distintos.

O importante diálogo criado entre historiadores e antropólogos nos possibilita visualizar as particularidades dos povos indígenas. Os antropólogos McCallum e Soares<sup>29</sup>, realizaram pesquisas sobre os Kaxinawa, notando que por mais que houvesse as diferenciações entre homens e mulheres, não ocorria a imposição de gênero como na sociedade ocidental. Enquanto os homens ficavam responsáveis pela caça e pesca, as mulheres preparavam os alimentos, cuidavam das crianças, teciam e faziam a cerâmica.

Cabiam às avós maternas educarem as meninas, essas permaneceriam em suas aldeias durante os processos de aprendizagem, e aos avós maternos recaíam a responsabilidade de ensinar aos meninos, os deslocando a lugares distantes para aprenderem a caçar. Em relação aos casamentos os homens deveriam se mudar para a casa dos sogros devendo serviços ao pai de sua esposa. Para os Kaxinawá os homens e

<sup>26</sup> LASMAR, Cristiane. Mulheres Indígenas: Representações. In: **Periódicos UFSC**. Florianópolis, 1999.

<sup>27</sup> MANCHINERY; ALMEIDA SILVA, 2019.

<sup>28</sup> IGLESIAS, 2008.

<sup>29</sup> MCCALLUM, Cecília; SOARES, Luiz Felipe Guimarães. “Aquisição de Gênero e Habilidades Produtivas: O Caso Kaxinawá.” *Estudos Feministas*, vol. 7, no. 1/2, Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina, 1999, pp. 157–75, <http://www.jstor.org/stable/43904089>.



mulheres são seres diferentes, e essas diferenças os completam, não atuando como separação ou inferioridade, “homens matam e trazem a caça, enquanto as mulheres a transformam”.<sup>30</sup>

As meninas aprendiam ainda criança a fiar algodão, à medida que iam crescendo aprimoravam cada vez mais o seu trabalho fazendo redes, bolsas, depois aprendiam a fazer cestos esteiras. Somente adultas que recebiam os ensinamentos para tecer padrões decorativos. Essas ações eram tidas com muito respeito pelos indígenas, aquelas mulheres mais habilidosas eram bastante valorizadas em suas comunidades, tidas como inteligentes. O ato de tecer era bem mais do que decorativo, pois consideravam estarem tecendo as tradições do espaço conhecidos por alguns como *Abya-ayala*.

Em relação ao preparo dos alimentos, as mulheres Kaxinawá eram tidas como aquelas que desempenhavam um importante papel, ao transformarem a carne crua em alimento. A transformação da comida era relacionada a geração dos bebês, consideravam as panelas de barro como um útero, cabendo às mulheres os cuidados.

O termo para 'cozido' é *ba*, que na forma verbal significa criar, procriar e nascer...Cozinhar alimentos (*bova*) é análogo a fazer bebês. Do mesmo modo, potes e panelas são análogos a úteros. As mulheres são responsáveis, assim, por transformar a matéria crua (carne, peixe, vegetais) em matéria cozida e comestível; e também por transformar o sangue humano cru em bebês, 'cozidos' em seus úteros.<sup>31</sup>

As mulheres Kaxinawá ocupavam o centro de sua comunidade juntamente aos homens, não estando às margens como foram colocadas a partir da intromissão realizadas pelos colonizadores. As mulheres dos outros grupos étnicos também desenvolviam funções como essas em suas comunidades, diferenciando alguns aspectos do cotidiano, partindo daí a importância de visualizar as particularidades e subjetividades entre os povos. Notando-se isso na matéria do jornal acreano “O Jornal” de 1980, onde o Frei José Maria Carneiro de Lima relata sua viagem em Boca do Acre realizada na década de 1930, resultando no encontro dos Jamamadi. De acordo com o Frei, era um povo muito interessante, faziam cerimônias dolorosas antes de realizarem os casamentos. Tanto meninas como meninos eram submetidos a perfurações no corpo para colocarem seus adereços, devendo as meninas não demonstrarem nenhum sinal de dor e fraqueza.<sup>32</sup>

O casamento somente era realizado após as meninas estarem preparadas para serem mães, mas para isso ocorrer os homens deveriam provar serem capazes de proteger

<sup>30</sup> MCCALLUM; SOARES, 1999, p. 5.

<sup>31</sup> MCCALLUM; SOARES, 1999, p. 10.

<sup>32</sup> *O Jornal*, Rio Branco, maio de 1980, p. 6.



as suas mulheres de ataques. Para a prova, eles deveriam segurar em seus braços um pedaço de tronco simbolizando sua esposa, e protegê-lo dos ataques de outros homens. As cerimônias eram realizadas porque tinham em mente que o casamento passaria por muitas provas.

Exigiam tanta prova para a jovem porque, segundo os índios mais velhos, a mulher vai sofrer muito no casamento e deve dar provas de estar preparada para tanto. Ela não pode dar sinal de sofrimento ou dor naquela cerimônia. E nunca dá mesmo!<sup>33</sup>

Para Santos<sup>34</sup>, as atividades desenvolvidas pelas mulheres indígenas, tidas como importantes em suas comunidades foram reduzidas a tarefas irrelevantes após a chegada dos colonizadores. Imbuídos do machismo resultante de suas sociedades patriarcais, naturalizando essas atividades determinadas apenas para o feminino, silenciando e oprimindo aquelas que realizavam as atividades ditas masculinas. Desse modo, as mulheres indígenas foram afastadas dos centros e alocadas às margens, resultando futuramente nos enfrentamentos do machismo tanto fora como dentro das suas comunidades.



Figura 2- Fonte: *O Jornal*, Rio Branco, maio de 1980, p. 6

Na imagem retirada de “O Jornal” de 1980, é possível ver as mulheres indígenas em meio aos homens, sendo essas também consideradas como sujeitos que deviam ser modificados e distanciados de seus costumes. No entanto, é possível notar que para elas a lógica colonial foi mais intensa, sendo descritas como mulheres sem pudor, desse modo foram cobertas com os trajes ocidental.

### Tecendo memórias

<sup>33</sup> *O Jornal*, Rio Branco, maio de 1980, p. 6.

<sup>34</sup> SANTOS, 2011.





O extermínio dos povos indígenas ocorrido durante as correrias, deixavam algumas mulheres vivas para futuramente desempenharem determinadas funções nos seringais, juntamente aos poucos homens que também não eram mortos. A partir daí, tornavam-se testemunhas vivas das atrocidades cometidas contra os seus familiares, ao mesmo tempo em que se tornavam as guardiãs de suas culturas. O fardo que carregavam consistiam em terem “petrificada a tragédia na memória”.<sup>35</sup>

As mulheres corriam mais violentamente para fora da casa grande, gritando e puxando os cabelos em sinal de terror e desespero. Eram derrubadas uma a uma ou lançadas e amarradas. As crianças também eram capturadas para que ‘virassem gente’ depois de educadas nas famílias dos brancos. [...] podia durar muitas horas o tiroteio e mortandade, entre gritos pavorosos das mães índias inocentes. As vezes os matadores não se continham e praticavam crueldades desmedidas; lançavam crianças para o alto e apavam no facão, diante do olhar estarecido e suplicante da mãe.<sup>36</sup>

Ao serem enclausurados nos seringais, Almeida e Cruz<sup>37</sup> explicam que os indígenas, homens e mulheres, eram proibidos de praticarem suas culturas, desde o uso de suas línguas consideradas como “línguas de bicho”, às práticas de rituais. Tornando-se dessa forma sujeitos marginalizados, etnicamente chamados de caboclos. As mulheres testemunhavam as resistências oferecidas por aqueles que se recusavam a cumprir com as ordens, como o ocorrido a uma mulher indígena do Envira, capturada durante uma correria viu um “índio valente” ser morto lentamente por um jagunço.



Figura 3- Fonte: *O Varadouro*: jornal das selvas, Rio Branco, maio de 1977, p. 10.

As memórias das mulheres indígenas se demonstraram como fundamentais para o resgate de culturas e a reescrita da história dos povos indígenas. Após serem libertos dos seringais, os povos indígenas fizeram a retomada de seus costumes, tendo os mais

<sup>35</sup> Frase presente no jornal “O Varadouro: o jornal das selvas”, edição quinzenal de maio de 1977.  
<sup>36</sup> *O Varadouro*, Rio Branco, maio de 1977, p. 10.  
<sup>37</sup> ALMEIDA; CRUZ, 2017.



velhos como principais aportes para isso, sendo as mulheres indígenas importantes fontes para o resgate da cultura que se tentou silenciar.

As mobilizações em defesa dos territórios indígenas vieram acompanhadas das retomadas das identidades étnicas sufocadas pelas correrias. Um exemplo foram as mulheres Huni Kuin da aldeia do Caucho, localizada à uma hora de barco da cidade de Tarauacá, que procuraram as mulheres idosas da aldeia do Humaitá para aprender a língua, a tecelagem, o artesanato e a cerâmica Huni Kuin.<sup>38</sup>

Estudos realizados pelos antropólogos Terry Aquino e Marcelo Iglesias<sup>39</sup>, afirmam quem por volta de 1999 uma família de Kaxinawas das terras do Jordão, tomaram a iniciativa de reunir mulheres Kaxinawas das aldeias vizinhas para repassarem umas as outras as suas técnicas artesãs de cerâmica e tecelagem bordada com *kenê*, além de tentarem elaborar caminhos para a comercialização de seus produtos. Com essas ações, ao mesmo tempo em que as mulheres teciam os seus bordados acabavam tecendo também as suas memórias de práticas que antes tentaram apagar.



Figura 4- Fonte: *O Varadouro*: jornal das selvas, Rio Branco, maio de 1977, p. 8.

Nesse sentido, compreende-se a memória como parte fundamental para a existência de um povo, “todo o grupo social que esquece seu passado, que apaga sua memória é mais facilmente presa de artimanhas e interesses de grupos; penaliza seu presente e desorienta-se diante do futuro”.<sup>40</sup> Mediante isso, visualiza-se a noção que os povos indígenas tinham em relação à memória, sendo ela primordial para as suas (re)existências.

As mulheres indígenas como tecelãs de memória, não expressam apenas o genocídio que aconteceu no Acre, mas demonstram serem os indígenas sujeitos ativos, tendo os seus posicionamentos mediante às investidas dos brancos. Por meio delas, nota-

<sup>38</sup> ALMEIDA; CRUZ, 2017, p. 31.

<sup>39</sup> IGLESIAS, Marcelo Piedrafita; AQUINO, Terri Valle de. **Povos e terras indígenas no estado do Acre** (caderno temático). Rio Branco: Governo do Estado do Acre Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais/ Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-econômico do Estado do Acre-fase II, 2005.

<sup>40</sup> FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória a problemática da pesquisa**. Universidade de Passo Fundo, 1988. p. 10.



se também os epistemicídios realizados contra os povos indígenas, que viram seus saberes serem reduzidos como irrelevantes e seus corpos utilizados apenas como força de trabalho e coerção. Entretanto, o resgate da memória apresenta os povos indígenas como sujeitos subversivos ao poder colonial, não contribuindo com os interesses de apagamentos ocasionado pelos colonizadores. Ao voltarem-se para o passado não significam estarem regredindo no tempo, pois ao mesmo tempo em que fazem essa ação “a cabeça volta-se para o passado com o corpo no presente”<sup>41</sup>, permanecem nutridos pela consciência de seus direitos e seus usos, conquistados ao longo de suas lutas.

### **Corpo como território político**

A participação direta das mulheres indígenas no movimento indígena se deu a partir de 1980. Saindo de suas comunidades e enfrentando tanto as dificuldades perante a sociedade como também pelos seus maridos e demais líderes, que a princípio ofereceram resistência à participação das mulheres nesses espaços, tendo como exemplo a história de Letícia Yanawá e Nazaré Apurinã.

Por influência de seus maridos, começaram a se interessar pelo movimento indígena, que à época pressionava o governo pela demarcação de terras. Mas num dos primeiros encontros que presenciaram, entre líderes da hoje extinta União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (UNI), estranharam a composição da mesa de debates, visto que as mulheres foram relegadas a segundo plano.<sup>42</sup>

O intuito da participação das mulheres indígenas no movimento não era como adversárias, mas aliadas, lutando pelo direito à demarcação de terras, educação e saúde para seus povos. Entretanto, também realizavam a luta por questões específicas de seus corpos femininos, pelo direito à geração dos filhos, saúde da mulher indígena e combate ao machismo. Segundo Castillo<sup>43</sup>, as mulheres lutam duplamente, frente ao Estado para garantirem os direitos à diferença cultural, e frente a toda a sociedade para garantirem a sua dignidade à vida, levando para seus movimentos não apenas as reivindicações por seus direitos assegurados por lei, mas também os seus corpos como territórios políticos atrelados à terra.

---

<sup>41</sup> FÉLIX, 1988, p. 18.

<sup>42</sup> ALMEIDA SILVA; MANCHYNERI, 2019, p. 34.

<sup>43</sup> CASTILLO, Rosalía Aída Hernández. Entre el etnocentrismo feminista y el esencialismo étnico. Las mujeres indígenas y sus demandas de género. In: MINOSO, Yuderky Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUNOS, Karina Ochoa. **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.



No movimento das mulheres indígenas existe o comprometimento com Pachamama e todos os seus ancestrais. Isso se tornou bastante visível com a I Marcha das mulheres indígenas realizada em 2019 em Brasília, com o lema “Território: Nosso Corpo, Nosso Espírito”, contando com a participação de quase 3000 mulheres de 150 povos de todo o Brasil. “Tratou-se de um momento de reforçar, ante o Estado e a sociedade brasileira, a reafirmação de suas manifestações de processos de resistências, tanto em âmbito geral, como do recorte gênero dos povos indígenas do Brasil”.<sup>44</sup>

À medida que os anos vão passando, as mulheres indígenas unem-se em maior número. Em 2021, cerca de 4000 mulheres participaram da II Marcha das Mulheres Indígenas em Brasília, tendo como tema “Mulheres originárias: reflorestando mentes para a cura da Terra”. O encontro se deu do dia 7 a 11 de setembro, onde contestaram presencialmente a tese do “Marco Temporal”, que com a PL 490 ataca inconstitucionalmente o direito dos povos indígenas aos seus territórios ancestrais. Com seus cantos e danças, as mulheres não reivindicavam apenas pelos seus espaços territoriais, mas pela continuidade da vida na terra, tendo em vista a importância das florestas na vida de todos. Mesmo em um cenário de pandemia elas foram munidas da teoria do Bem Viver<sup>45</sup>, enfrentando o governo genocida e antiindigenista que constantemente ataca os povos originários.

Após adentrarem o movimento indígena em caráter geral, passaram a compor suas próprias associações, a primeira foi a Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN). Em 2001, surgiu o departamento para as mulheres indígenas na Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), sendo o primeiro a surgir em nível regional atendendo as demandas das mulheres. De acordo com Almeida e Cruz<sup>46</sup>, no Acre foi criada em 1997 o Grupo de Mulheres Indígenas (GMI), durante a III Assembleia Ordinária da UNI, realizada na Aldeia Morada Nova, no município de Feijó/AC, tendo como lideranças Letícia Luiza Yawanawá, Miralda da Silva Lopes Apurinã, Maria de Nazaré Apurinã, Joana Manchineri e Maria Evanizia Poyanawa.

---

<sup>44</sup> GUAJAJARA, Maria Judite da Silva Ballerio. **Mulheres indígenas**: Gênero, etnia e cárcere. Dissertação (Direito), 2020. p. 30.

<sup>45</sup> “Bem Viver” originário da língua Quechua diz-se “sumak kawsay”. De acordo com Acosta (2016), o Bem Viver é um modo de vida que valoriza a diversidade cultural, a interculturalidade, a plurinacionalidade e o pluralismo político. É a união com o outro e a natureza, sem a exploração e destruição de ambos.

<sup>46</sup> ALMEIDA; CRUZ, 2017.



O GMI desenvolveu um importante papel tomando decisões sobre a saúde da mulher indígena, valorização da cultura dos artesanatos, fortalecimento dos trabalhos das parteiras, combate à violência, e demais assuntos voltados para as mulheres indígenas. “Essas lideranças femininas foram estendendo os trabalhos do GMI para as aldeias do interior do Acre e Sul do Amazonas, vencendo as resistências criadas por homens indígenas, inclusive caciques, e criando credibilidade entre mulheres e homens”.<sup>47</sup>

As mulheres indígenas passaram a ocupar cargos importantes nas associações indígenas. Em abril de 2005 houve a criação de uma nova entidade de representação regional, a Organização dos Povos Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia (OPIN), tendo Ivanilde Shanenawa como secretária. No mesmo ano foi criado em substituição ao GMI a Organização das Mulheres Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia (SITOAKORI), tendo hoje como coordenadora Letícia Yawanawá. Letícia Yawanawá é uma forte representante das lutas das mulheres indígenas, além de seu cargo na SITOAKORE é também uma das articuladoras do Vozes das mulheres indígenas implementada pela ONU Mulheres<sup>48</sup> e conselheira do Direito da Mulher do Estado do Acre.

Se nos anos 1970-1980, as lideranças indígenas eram exclusivamente masculinas, muitas delas com visibilidades nacional e internacional, no momento atual as mulheres indígenas conquistam novos espaços de representação na busca dos direitos de seus povos, igualmente introduzindo problemáticas específicas no movimento etno-político indígenas.<sup>49</sup>

Todas essas participações das mulheres indígenas nos movimentos que ocorrem fora de suas comunidades, e das ações de lideranças dentro delas, demonstram que ser mulher indígena é romper com as representações deixadas como heranças colônias, barrando a imposição do gênero e seus enclausuramentos em espaços diminutos da sociedade.

Para Lugones<sup>50</sup> a colonialidade do gênero é um exercício de poder concreto que se apresenta sobre os corpos destituindo deles o poder de suas subjetividades, então quando as mulheres indígenas levam consigo a sua cosmologia estão destruindo os resquícios da colonialidade, sendo essa uma tarefa árdua, afinal entende-se como gênero

<sup>47</sup> ALMEIDA; CRUZ, 2017, p. 33.

<sup>48</sup> A ONU Mulheres é uma organização das Nações Unidas voltada para as questões das mulheres, dando enfoque no combate à violência contra a mulher, aumento das lideranças femininas, empoderamento econômico e igualdade de gênero.

<sup>49</sup> MONAGAS, Angélica Célia Sachi. **União, luta, liberdade e resistência**: as organizações das mulheres indígenas da Amazônia brasileira. Dissertação (Antropologia), 2006. p. 73-74.

<sup>50</sup> LUGONES, 2010.



algo criado que se transforma de diversas maneiras em diferentes contextos e espaços, não estando propriamente relacionado ao biológico, e sim ao social assim como a questão da raça. Paiva<sup>51</sup>, explica que as mulheres indígenas lutam pela defesa do território ancestral e propriedade do seu intelecto, que juntamente aos saberes dos homens indígenas foram deslegitimados e reduzidos ao misticismo.

Elas cumprem mais que triplas jornadas, são as guardiãs da cultura e dos conhecimentos tradicionais e reafirmam suas identidades mesmo dialogando com o mundo exterior, sem que haja hierarquia de protagonismos. São faces de uma luta que se complementam em cada aspecto de resistência.<sup>52</sup>

### Considerações finais

Atualmente as mulheres indígenas ocupam vários espaços na sociedade, desenvolvendo atividades interligadas as suas origens e reafirmando constantemente as lutas dos seus povos. Desde o processo das capturas, ao cárcere nos seringais, e ao momento das organizações em suas associações, as mulheres indígenas do Acre vêm realizando o processo da descolonização de seus corpos e mentes. Carregando em si memórias tecidas de geração em geração e as repassando adiante, pois é desta forma que a mulheres dos povos originários realizam as suas ações, sempre atuando em coletivo, reinventando formas de serem ouvidas e ocupando espaços aos quais antes eram impedidas de fazerem parte, tendo em vista a estrutura homogeneizante da sociedade que deslegitima as diferenças.

Nesse sentido, quando as mulheres se impõem dentro de suas comunidades como lideranças e fora delas como sujeitos políticos sociais, acabam por romperem as representações que lhes foram dadas. Elas enfrentam as lutas árduas contra o patriarcado, o machismo, o racismo e ainda o etnocentrismo da cultura ocidental. Nesse contexto, entende-se a necessidade de revisitar a história das mulheres indígenas a partir delas mesmas, pois ainda há muitas memórias a serem ouvidas e representações a serem, de certo modo, contestadas.

**Data de Submissão:** 12/02/2022

**Data de Aceite:** 11/04/2022

---

<sup>51</sup> PAIVA, Rosalía. Feminismo paritario indígena andino. In: MINOSO, Yuderkys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUNOS, Karina Ochoa. **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

<sup>52</sup> GUAJAJARA, 2020, p. 36.





## Fontes

A história. **O Varadouro**, Rio Branco, Ano I, nº 1, maio de 1977, p. 8.

Acervo SPI, acessado através do arquivo digital do **Museu do Índio**, 1981. Disponível em: [http://www.docvirt.com/docreader.net/mi\\_arquivistico/5597](http://www.docvirt.com/docreader.net/mi_arquivistico/5597). Acesso em: 17 de set. 2021.

(CORRERIAS) As mulheres corriam e eram fuziladas ou capturadas. **O Varadouro**, Rio Branco, Ano I, nº 1, maio de 1977, p. 10.

OS índios que eu conheci. **O Jornal**, Rio Branco, Ano VII, nº 140, maio de 1980, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=764809&pagfis=2343>. Acesso em: 17 de set. 2021.

## Referências

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ALMEIDA, Maria Ariádina Cidade; CRUZ, Teresa Almeida. Quando o índio amansa branco: resistências e movimentos indígenas no Acre. In: SILVA, Giovani José da; SILVA, Cleube. **Protagonismos indígenas na história do Norte do Brasil**. Palmas: Nagô, 2017.

ALMEIDA, Maria Celestino. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

CASTILLO, Rosalía Aída Hernández. Entre el etnocentrismo feminista y el esencialismo étnico. Las mujeres indígenas y sus demandas de género. In: MINOSO, Yuderkys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUNOS, Karina Ochoa. **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Tastevin Parrissier**: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá. Rio de Janeiro: Museu do Índio/Funai, 2009. (Série Monografias).



FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória a problemática da pesquisa**. Universidade de Passo Fundo, 1988.

GUAJAJARA, Maria Judite da Silva Ballerio. **Mulheres indígenas**: Gênero, etnia e cárcere. Dissertação (Direito), 2020.

IGLESIAS, Marcelo Manuel Piedrafita. **Os Kaxinawá de Felizardo**: correrias, trabalho e civilização no Alto Juruá. Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS, 2008.

IGLESIAS, Marcelo Piedrafita; AQUINO, Terri Valle de. **Povos e terras indígenas no estado do Acre** (caderno temático). Rio Branco: Governo do Estado do Acre Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais/ Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-econômico do Estado do Acre-fase II, 2005.

LASMAR, Cristiane. Mulheres Indígenas: Representações. In: **Periódicos UFSC**. Florianópolis, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br>. Acesso em: 17 de set. 2021.

LEITE, Samyr Alexssander Faria. Representações sobre gênero feminino: alguns apontamentos sobre a presença das mulheres na Amazônia. **Revista Tropos**, V° 6, N° 1, ed. Julho de 2017.

LUGONES, María. Colonialidad y género. CORREAL, Diana; MIÑOSO, Yuderkys; MUÑOZ, Karina. **Tejiendo de otro modo**: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. p. 57-74.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v° 3, n° 22, p. 320. 2010

MANCHINERY, Alessandra S. S.; ALMEIDA SILVA, Adnilson de. Mulheres Indígenas no Estado do Acre (BR): Do Território Tradicional aos Movimentos Indígenas nas Cidades. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 10, n. 1, p. 2642, 2019.

MCCALLUM, Cecília; SOARES, Luiz Felipe Guimarães. Aquisição de Gênero e Habilidades Produtivas: O Caso Kaxinawá. **Estudos Feministas**, vol. 7, no. 1/2, Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina, 1999, p. 157-75, <http://www.jstor.org/stable/43904089>. Acesso em: 17 de set. 2021.

MONAGAS, Angélica Célia Sachi. **União, luta, liberdade e resistência**: as organizações das mulheres indígenas da Amazônia brasileira. Dissertação (Antropologia), 2006.



PAIVA, Rosalía. Feminismo paritario indígena andino. In: MINOSO, Yuderkys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUNOS, Karina Ochoa. **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, AR: Clacso, 2005.

SANTOS, Elisabete Leão Sales dos. Das “Revoluções Silenciosas” ao Movimento Feminista Indígena no Brasil. **Encontro Estadual de História: História e movimentos sociais**, 2011.

RAGO, Margareth. **Por uma Cultura Filógena**. Revista do SEADE, São Paulo, 2002.

ROSA, Graziela Rinaldi da. **Transgressão e Moralidade na Formação de uma “Matrona Esclarecida”: Contradições na Filosofia de Educação Nisiana**. Tese de doutorado. Universidade Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo – RS, 2012.

SILVERIO DE ALMEIDA, Cleide Rita, DAL MAS DIAS, Elaine Teresinha. **Nísia Floresta: O Conhecimento como Fonte de Emancipação e a Formação da Cidadania Feminina**. In: Rev.hist.educ.latinoam. [online]. 2009, n.13, pp.11-27. ISSN 0122-7238, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1ª edição, 2004.

VERÍSSIMO, De Melo. **Patronos e Acadêmicos**, v. 1. Academia Norte-Riograndense de Letras. Editora Pongetti, 1972.

YOUNG, Iris Marion. A imparcialidade e o público cívico: algumas implicações das críticas feministas da teoria moral e política. In: BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla (orgs.). **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

**Sites pesquisados:**

[https://apav.pt/vd/index.php/vd/o-ciclo-da-violencia-domestica.](https://apav.pt/vd/index.php/vd/o-ciclo-da-violencia-domestica)

[https://www.conjur.com.br/2021-jul-31/sinal-vermelho-vira-programa-nacional-violencia-domestica.](https://www.conjur.com.br/2021-jul-31/sinal-vermelho-vira-programa-nacional-violencia-domestica)

<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/mulheres-predominam-em-estudos-pesquisas-e-exames-educacionais>

[https://www.enap.gov.br/pt/acontece/noticias/mulheres-ocupam-poucos-cargos-de-comando-no-setor-publico.](https://www.enap.gov.br/pt/acontece/noticias/mulheres-ocupam-poucos-cargos-de-comando-no-setor-publico)

